

Especial

Marisa Maiô e a Inteligência Artificial no Marketing

PÁGINA 3

PRISMA FISCAL

Governo Central tem déficit primário de R\$ 40,621 bi

Em um mês tradicionalmente de déficit, as contas públicas surpreenderam em maio. As contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registraram déficit primário de R\$ 40,621 bilhões. Descontada a inflação, o resultado negativo é 36,2% menor que o do mesmo mês do ano passado, quando registrou déficit de R\$ 60,408 bilhões. É o quarto maior déficit para meses de maio, só perdendo para 2024, 2023 e 2020. Apesar do resultado, o valor veio melhor que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R\$ 62,2 bilhões em maio. **PÁGINA 2**

VISITA

Presidente do Irã pode vir ao Rio na Cúpula do Brics

O embaixador do Irã em Brasília, Abdollah Nekounam, indicou ontem, que o presidente Masoud Pezeshkian deve visitar o Brasil para participar da Cúpula do Brics, entre 6 e 7 de julho, no Rio de Janeiro. A presença dele esteve em dúvida por causa da guerra com Israel e dos ataques aéreos realizados contra instalações nucleares no país pelos Estados Unidos, mas com o cessar-fogo entre as partes em vigor, a visita deve ocorrer. Segundo o embaixador, o governo iraniano está dando sequência à programação da primeira visita de Pezeshkian ao Brasil. "Estamos na fase de programação para essa possibilidade de o senhor presidente da República Islâmica do Irã ", disse Nekounam. **PÁGINA 6**

CRIME NAS REDES

Big techs responderão por publicações

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu ontem, o julgamento que amplia as obrigações das big techs pelo conteúdo publicado por usuários na internet. Após 12 sessões, os ministros definiram os critérios para punir as plataformas por falhas na moderação de conteúdo. Ficou definido que, como regra geral, as empresas respondem por crimes ou atos ilícitos e por contas falsas. Nos casos de crimes contra a honra (injúria, calúnia e difamação), permanece a sistemática atual, de obrigação de

remoção apenas por ordem judicial. Esses critérios foram consolidados em uma "tese de repercussão geral". A tese funciona como uma orientação para ser aplicada nacionalmente pelo Poder Judiciário no julgamento de processos sobre o mesmo tema. Por 8 votos a 3, os ministros decidiram que o artigo 19 do Marco Civil da Internet, que isenta as plataformas de responsabilidade por publicações de terceiros, exceto no caso de descumprimento de decisões judiciais para remover conteúdos. **PÁGINA 5**

IMPOSTOS

Arrecadação da Receita em maio atinge R\$ 230 bilhões



JOSE CRUZ/ABRASIL

A arrecadação federal no mês de maio alcançou R\$ 230,152 bilhões. Esse resultado representa aumento de 7,66% em relação a maio de 2024, já descontada a inflação do período. Com esse patamar, a entrada de tributos nos cofres federais em maio foi a maior para o mês desde 1995, quando se inicia a série histórica da Receita Federal do Brasil (RFB). No pacote administrado pela Receita são incluídos tributos como imposto de renda de pessoas físicas e empresas, receita previdenciária, imposto sobre importação, sobre produtos industriais (IPI), imposto sobre operações financeiras (IOF), PIS/Cofins, entre outros. As receitas administradas por outros órgãos incluem rubricas como royalties e depósitos judiciais. Na apresentação de resultados, o auditor Claudemir Malaquias **(foto)** destaca que o comportamento dos cinco primeiros meses do ano segue “a mesma trajetória do final do ano passado, ou seja, uma trajetória ascendente”. **PÁGINA 2**

SÃO PAULO

Lula assina acordo habitacional para famílias da Favela do Moinho



PAULO PINTO

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva **(foto)**, visitou ontem os moradores da Favela do Moinho, última comunidade da região central de São Paulo, onde conheceu algumas moradias e uma espécie de escola instalada. No local, Lula assinou a portaria para implementação do

acordo, estabelecido em maio, com o governo de São Paulo que prevê a realocação dos moradores do Moinho para outra região. Por esse acordo, ficou estabelecido que cada família da Favela do Moinho irá receber até R\$ 250 mil para comprar uma casa. **PÁGINA 4**

ROCINHA

Demolidos prédios de traficantes com piscina

Prédios com acabamento de alto padrão, piscinas e área gourmet, erguidos irregularmente pelo tráfico, começaram a ser demolidos ontem, na Rocinha, na zona sul do Rio. Os traficantes investiram R\$ 6 milhões em três edifícios que tinham até uma saída secreta para uma área de mata. A operação para demolir as construções é coordenada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, com apoio do MP do Ceará. Os prédios foram erguidos irregularmente por traficantes do Comando Vermelho (CV) que controlam o tráfico na região. Um dos edifícios tinha uma cobertura luxuosa, com piscina e cozinha gourmet, em que foi encontrada uma geladeira cheia de bebidas caras. **PÁGINA 6**

INDICADORES

IBOVESPA 0,99% / 137.113,89 / 1.346,60 / Volume: 22.004.418.676 / Negócios: 3.308.898										Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	-0,49% (mai.)	EURO turismo						
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento			%	Ufir-RJ	R\$ 4,5373	IPCA	0,26% (mai.)	Compra: 6,5306	Venda: 6,7106					
	Preço	% Oscil.		Preço	% Oscil.		Preço	% Oscil.															
COGNA ON NM	2,78	-1,42	-0,04	CEMEPE PN	5,20	+22,07	+0,94	MOVIDA ON NM	7,50	-13,89	-1,21	Dow Jones	43.386,84	+0,94	S&P 500	6.141,02	+0,80	(18/06)	15%	14,90%	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,5145	-0,51%
VALE ON NM	52,00	+3,01	+1,52	SANTANENSE ON	2,56	+15,84	+0,35	COPEL PNA N2	14,00	-8,91	-1,37	NASDAQ Composite	20.167,913	+0,97	TR			(27/06)	0,1736%	0,6745%	DÓLAR comercial	Compra: 5,4979	Venda: 5,4985
AMBEV S/A ON	13,32	+1,29	+0,17	PDG REALT ON NM	0,31	+14,81	+0,04	SER EDUC A ON NM	9,11	-8,90	-0,89	Nasdaq 100	22.447,291	+0,94	Poupança			(27/06)			EURO Comercial	Compra: 5,5286	Venda: 5,7086
BRASIL ON NM	21,60	+1,60	+0,34	SANTANENSE PN	2,70	+12,97	+0,31	AMPLA ENER ON	8,51	-8,00	-0,74	Euronext 100	1.556,1	-0,09							BM&F/grama/RJ	R\$ 589,69	
LOCALIZA ON ATZ NM	40,01	-7,28	-3,14	CBA ON NM	4,720	+8,51	+0,370	LOCALIZA ON ATZ NM	40,01	-7,28	-3,14	CAC 40	7.557,31	-0,01							EURO Comercial	Compra: 6,4351	Venda: 6,4357

MERCADOS

Com queda de decreto, Bolsa sobe quase 1% e volta aos 137 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL
E AMÉLIA ALVES/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) teve uma recuperação em linha com a perda do dia anterior, replicando o padrão lateralizado que tem prevalecido na Bolsa ao longo de junho, que manteve o Índice Bovespa (Ibovespa) na faixa de 136 a 137 mil pontos na maior parte do mês, excetuando-se duas sessões - na quarta-feira e no dia 9 - nas quais tocou em fechamento a casa dos 135 mil.

Assim, depois de ter renovado máxima histórica aos 140 mil pontos em 20 de maio, o Ibovespa mostra uma acomodação, à espera de novos catalisadores que o impulsionem, mas sem grande inclinação a uma correção mais aguda, para baixo. No melhor momento do intervalo, o índice retornou aos 139 mil, no fechamento do dia 16.

Ontem, o índice oscilou entre mínima de 135.755,55 pontos e máxima de 137.352,98 pontos, saindo de abertura aos 135 767,29 pontos. No fechamento, mostrava ganho de 0,99%, aos 137 113,89 pontos, com giro financeiro a R\$ 22,0 bilhões na sessão. Em junho, segue no zero a zero (+0,06%), preservando alta de 13,99% no ano.

A recuperação quase integral da perda de 1,02% observada na quarta se ancorou no desempenho das blue chips, quase todas em alta ontem, com Vale ON, o principal papel da carteira à frente, com avanço de 3,01% no encerramento. Outro carro-chefe, Petrobras ON e PN, teve alta de 0,74% e 0,80%, pela ordem. Entre os grandes bancos, exceção para a principal ação do

segmento, Itaú PN, em baixa de 0,74% - os ganhos do dia entre as principais instituições financeiras chegaram a 1,60%, em Banco do Brasil ON (na máxima do dia no fechamento, assim como Bradesco PN, +0,91%).

Na ponta ganhadora do Ibovespa, Azzas (+5,97%), Natura (+4,97%), Vivara (+4,26%), TIM (+4,03%) e MRV (+3,63%) - o alívio no mercado de juros e o sentimento de maior apetite por tomada de risco impulsionaram ativos mais sensíveis ao ciclo da economia, como os dos setores de consumo e construção. No lado oposto, contudo, também apareceram nomes como Localiza (-7,28%), Vamos (-7,14%), Vibra (-2,26%) e RD Saúde (-1,68%).

DÓLAR

O dólar acentuou o ritmo de baixa ao longo da tarde e furou o piso de R\$ 5,50, acompanhando o recuo mais expressivo tanto da moeda norte-americana no exterior quanto das taxas dos Treasuries, diante de apostas crescentes em cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos). O real apresentou ontem, o melhor desempenho entre as moedas mais líquidas, incluindo desenvolvidas e emergentes.

Com mínima a R\$ 4,4996, o dólar à vista encerrou o pregão em queda de 1,02%, a R\$ 5,4986 - menor valor de fechamento desde o dia 17 (R\$ 5,4968). Após o tombo desta quinta, a moeda norte-americana volta a apresentar baixa na semana (0,48%). As perdas em junho são de 3,86%, o que leva a desvalorização acumulada no ano a 11,03%.

TESOURO

Vendas do Tesouro Direto batem recorde

WELTON MÁXIMO/ABRASIL

Impulsionadas pelo vencimento recorde de títulos corrigidos pela Selic (juros básicos da economia), as vendas de títulos públicos a pessoas físicas pela internet bateram recorde para meses de maio, divulgou ontem, em Brasília, o Tesouro Nacional. No mês passado, o Tesouro Direto vendeu R\$ 6,86 bilhões em papéis.

O valor é 3,28% menor que o de abril, quando as vendas do Tesouro Direto somaram R\$ 7,09 bilhões. No entanto, ele é 35,03% maior que o de maio de 2024.

O recorde de vendas para todos os meses foi registrado em março deste ano, quando foram vendidos R\$ 11,69 bilhões.

JUROS BÁSICOS

Os títulos mais procurados pelos investidores em setembro foram os vinculados aos juros básicos, cuja participação nas vendas somou 53%. Os papéis corrigidos pela inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA) corresponderam a 26,8% do total, enquanto os prefixados, com juros definidos no momento da emissão, totalizaram 11,8%.

Destinado ao financiamento de aposentadorias, o Tesouro Renda+ - lançado no início de 2023 - respondeu por 6,6% das vendas. Criado em agosto de 2023, o novo título Tesouro Educa+, que pretende financiar uma poupança para o ensino superior, atraiu apenas 1,8% das vendas.

O interesse por papéis vinculados aos juros básicos é justificado pelo alto nível da Taxa Selic. A taxa, que estava em 10,5% ao ano até setembro de 2024, foi elevada para 15% ao ano.

PAPÉIS ATRATIVOS

Com a expectativa de novas altas, os papéis continuam atrativos. Os títulos vinculados à inflação também têm atraído investidores por causa da expectativa de alta da inflação oficial nos próximos meses.

O estoque total do Tesouro Direto alcançou R\$ 176,112 bilhões no fim de maio, alta de 3,1% em relação ao mês anterior (R\$ 170,86 bilhões), mas alta de 26,1% em relação a maio de 2024 (R\$ 139,63 bilhões). Essa alta ocorreu por causa da correção pelos juros e porque as vendas superaram os resgates em R\$ 3,62 bilhões no último mês.

RECEITA

BRUNO DE FREITAS
MOURA/ABRASIL

A arrecadação federal no mês de maio alcançou R\$ 230,152 bilhões. Esse resultado representa aumento de 7,66% em relação a maio de 2024, já descontada a inflação do período.

Com esse patamar, a entrada de tributos nos cofres federais em maio foi a maior para o mês desde 1995, quando se inicia a série histórica da Receita Federal do Brasil (RFB). Os dados foram divulgados pelo órgão ontem, em Brasília.

A arrecadação de R\$ 230 bilhões é composta por R\$ 223,8 bilhões administrados pela Receita e R\$ 6,4 bilhões administrados por outros órgãos. No pacote administrado pela Receita são incluídos tributos como imposto de renda de pessoas físicas e empresas, receita previdenciária, imposto sobre importação, sobre produtos industriais (IPI), imposto sobre operações financeiras (IOF), PIS/Cofins, entre outros. As receitas administradas por outros órgãos incluem rubricas como royalties e depósitos judiciais.

A arrecadação no acumulado dos cinco primeiros meses de 2025 também foi recorde, atingindo R\$ 1,191 trilhão, o que re-

presenta aumento de 3,95% ante o mesmo período de 2024, também descontada a inflação.

Em relação a abril de 2025, houve recuo de 7,33% na arrecadação. Mas as comparações costumam ser feitas com períodos iguais (mesmo intervalo do ano anterior), para que o resultado não seja afetado por questões sazonais.

A divulgação desta quinta-feira marca a retomada da apresentação regular dos dados pela Receita, após o fim da greve de servidores do órgão, este mês, que durava desde novembro de 2024.

MOTIVOS PARA RECORDE

De acordo com a Receita, os fatores que explicam o crescimento da arrecadação geral em maio foram:

- Comportamento dos principais indicadores macroeconômicos que afetam a arrecadação
- Postergação de pagamentos de tributos, no Rio Grande do Sul, em razão de enchentes que afetaram a arrecadação de maio de 2024

Crescimento da arrecadação do imposto de renda retido na fonte de investimentos como fundos e títulos de renda fixa, beneficiados pelos juros altos.

Desempenho dos tributos do

comércio exterior em função do crescimento das três alíquotas médias e do crescimento da taxa de câmbio.

Sobre esse último ponto, a Receita ressaltou que não houve aumento de alíquota de imposto de importação cobrada, e sim que - na comparação com 2024 - cresceu a participação na cesta de produtos trazidos do exterior itens que têm alíquotas mais altas.

Na apresentação de resultados, o auditor Claudemir Malaquias destaca que o comportamento dos cinco primeiros meses do ano segue "a mesma trajetória do final do ano passado, ou seja, uma trajetória ascendente".

MÊS CONTRA MÊS

Em relação à receita específica administrada pela RFB, o aumento ante maio de 2024 ficou em 8,02%.

No entanto, o órgão subordinado ao Ministério da Fazenda contextualiza que o crescimento seria menor caso fossem retirados de 2024 fatores atípicos não recorrentes, como a postergação da cobrança de impostos de empresas afetadas pelo desastre climático no Rio Grande do Sul e mudanças na tributação de fundos no exterior. Sem esses efeitos, a alta teria sido de 6,18%.

Ao detalhar as fontes de tri-

butos responsáveis pelos valores de maio, a Receita aponta que o maior volume, R\$ 23 bilhões, vieram de entidades financeiras, alta de 25,21% ante o mesmo período de 2024.

ARRECADAÇÃO

A arrecadação das atividades de exploração de jogos de azar e apostas subiu cerca de 23.000% no período. A explicação está na regulamentação da atividade das casas de apostas virtuais, as chamadas bets, que passou a valer apenas em 2025.

"A partir de fevereiro, já tivemos a arrecadação da nova sistemática de tributação das empresas que reúnem as apostas de cotas fixas", ponderou o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, auditor fiscal Claudemir Malaquias.

A comparação ficou extremamente alta pois antes essas plataformas pagavam bem menos impostos. Em maio de 2024, a arrecadação proveniente dessas atividades foi de R\$ 4 milhões, valor que saltou para R\$ 814 milhões em maio de 2025.

No acumulado dos cinco primeiros meses de 2025 ante o mesmo período de 2024, a evolução foi de mais de 40.000%, indo de R\$ 7 milhões para R\$ 3 bilhões.

PRISMA FISCAL

Governo Central registra déficit primário de R\$ 40,621 bi em maio

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Em um mês tradicionalmente de déficit, as contas públicas surpreenderam em maio. As contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registraram déficit primário de R\$ 40,621 bilhões. Descontada a inflação, o resultado negativo é 36,2% menor que o do mesmo mês do ano passado, quando registrou déficit de R\$ 60,408 bilhões.

É o quarto maior déficit para meses de maio, só perdendo para 2024, 2023 e 2020. Apesar do resultado, o valor veio melhor que o esperado pelas instituições financeiras.

Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R\$ 62,2 bilhões em maio.

Apesar do resultado negativo de maio, as contas públicas continuam no positivo no acumulado do ano. Nos cinco primeiros meses deste ano, o Governo Central registra superávit primário de R\$ 32,198 bilhões, o melhor resultado para o mesmo período desde 2022. Nos mesmos meses do ano passado, havia déficit de R\$ 28,652 bilhões.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano e o novo arcabouço fiscal estabelecem meta de déficit primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no

"Descontada a inflação, o resultado negativo é 36,2% menor que o do mesmo mês do ano passado, quando registrou déficit de R\$ 60,408 bilhões."

país) para cima ou para baixo, para o Governo Central. No limite inferior da meta, isso equivale a déficit de até R\$ 31 bilhões.

PRECATÓRIOS

Apesar do superávit acumulado no ano, está previsto o pagamento de R\$ 70 bilhões em precatórios, as dívidas com sentenças judiciais definitivas, em julho. Em 2024, o governo antecipou o pagamento de precatórios para fevereiro.

Segundo o Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, divulgado no fim de maio, o Orçamento de 2025 prevê déficit primário de R\$ 97 bilhões. Ao considerar apenas os gastos dentro do arcabouço, há previsão de déficit primário de R\$ 31 bilhões, no limite inferior da meta. O marco fiscal exclui R\$ 45,3 bilhões de precatórios.

RECEITAS

Na comparação com maio do ano passado, as receitas subiram e as despesas caíram. No mês passado, as receitas líquidas subiram 10,2% em valores nominais. Descontada a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a alta chega a 4,7%. Sem os gastos com a enchente no Rio Grande do Sul, que não se repetiram neste ano, as despesas to-

tais caíram 2,7% em valores nominais e 7,6% após descontar a inflação.

A arrecadação federal recorde em maio ajudou a segurar o déficit primário. Se considerar apenas as receitas administradas, relativas ao pagamento de tributos, houve alta de 4,7% em maio na comparação com o mesmo mês do ano passado, já descontada a inflação.

As receitas não administradas pela Receita Federal, no entanto, caíram 2,4%, descontada a inflação na mesma comparação. Os principais fatores de baixa foram os pagamentos de dividendos de estatais, que recuaram 27,5%, e a queda de 3,7% nas receitas de concessões, também descontada a inflação. A alta de 11,9% nos royalties de petróleo, decorrente da desvalorização cambial nos últimos 12 meses, ajudou a segurar a queda.

DESPESAS

Ao desconsiderar os gastos em razão das chuvas no Rio Grande do Sul, o principal fator de alta nas despesas do governo foram os gastos com o funcionalismo, que subiram 10,4% acima da inflação em maio na comparação com o mesmo mês do ano passado. O aumento desses gastos ocorreu por causa da entra-

da em vigor do reajuste para os servidores públicos.

Os gastos com a Previdência Social caíram 3,4% descontada a inflação em maio em relação ao mesmo mês do ano passado. Isso se deve à antecipação de aposentadorias e pensões para as vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, o que não ocorreu em maio deste ano.

Por causa do aumento do número de beneficiários e da política de valorização do salário mínimo, os gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) subiram 6,6% acima da inflação, mas o aumento poderia ser maior não fossem as antecipações para o Rio Grande do Sul no ano passado.

As despesas obrigatórias com controle de fluxo, que englobam os programas sociais, recuaram 7,3% em maio, descontada a inflação na comparação com o mesmo mês do ano passado, também por causa do Rio Grande do Sul.

As despesas com saúde caíram R\$ 1,7 bilhão. Os gastos com o Bolsa Família, que passam por uma revisão constante de cadastro, caíram R\$ 1,1 bilhão.

INVESTIMENTOS

Quanto aos investimentos em obras públicas e compra de equipamentos, o total nos cinco primeiros meses do ano somou R\$ 22,393 bilhões. O valor representa queda de 16,9% descontado o IPCA em relação ao mesmo período de 2024.

Nos últimos meses, essa despesa tem alternado momentos de crescimento e de queda descontada a inflação. O Tesouro atribui a volatilidade ao ritmo variável no fluxo de obras públicas.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

Marisa Maiô e a Inteligência Artificial no Marketing:

a visão de especialistas sobre uma nova fase da comunicação digital



PEXELS

POR BÁRBARA SOUZA

A ideia de que a IA tem ido “longe demais” tem sido recorrente nas redes sociais, por conta do impacto gerado por Marisa Maiô, uma apresentadora fictícia com estética nostálgica de programa dos anos 90 que viralizou na internet. Criada por Raony Phillips utilizando a tecnologia VEO3, desenvolvida pelo Google, a personagem chamou atenção pela aparência hiper-realista, voz marcante e gestos precisos, tudo fruto da inteligência artificial. Apesar da sofisticação da ferramenta, o sucesso de Marisa vem sendo atribuído por especialistas a um fator humano essencial: a direção criativa.

Desde sua estreia na campanha da VEO3, Marisa deixou de ser apenas uma experiência tecnológica para se tornar um case de comunicação. Segundo David Vianna Bydlowski e Georgia Aliperti, sócios da Rosh, “com falas afiadas, presença marcante e humor na medida certa, ela conquistou o público e colocou agências e marcas em alerta.” Para eles, o que está por trás do sucesso é a atuação de um time de profissionais capaz de transformar tecnologia em narrativa. “Marisa Maiô não fala sozinha, cada gesto, olhar ou virada de rosto é resultado de uma direção criativa precisa.”

A tecnologia VEO3 permite criar vídeos sintéticos com qualidade cinematográfica a partir de comandos de texto simples. Apesar disso, os especialistas reforçam que a ferramenta precisa de intenção para funcionar. “A IA pode ser a estrela, mas ainda precisa de um diretor,” explicam os sócios da Rosh. Eles comparam o processo à lógica do cinema: mesmo a atriz mais talentosa precisa de alguém que defina como atuar, onde olhar e quando silenciar.

Esse entendimento também é compartilhado por Gustavo Mota e Gustavo Malavota, sócios do Grupo Mola. Eles observam que, embora os recursos estejam mais acessíveis, é a capacidade de direção que determina o resultado. “A IA pode ser a estrela do momento. Mas todo sucesso de bilheteria ainda depende de um bom diretor e ele pode estar na sua equipe de marketing, no seu vizinho criador de conteúdo ou em você mesmo.”

De acordo com os sócios do Grupo Mola, a popularização de ferramentas como o VEO3 abre espaço para que pequenos negócios explorem novas linguagens. “Em comunidades onde o acesso à pro-

dução audiovisual sempre foi limitado, a inteligência artificial está se tornando uma aliada para dar forma a histórias locais, produtos autorais e campanhas segmentadas.” Eles destacam que isso permite a criação de personagens digitais que falem com o público de forma personalizada, fortalecendo o senso de pertencimento e engajamento.

A personagem Marisa também gerou reflexões sobre práticas atuais do marketing digital. Segundo Fabricio Macias, VP de Marketing e sócio-fundador da Macfor, sua repercussão levantou questões relevantes para o setor. “Assisti à entrevista de Raony e saí inquieto. Não apenas pelo feito tecnológico, mas pela precisão com que ele, mesmo sem intenção, expôs algumas das principais crises silenciosas do marketing digital atual.”

Na visão de Macias, Marisa revela quatro desafios enfrentados por marcas e agências: a ilusão de controle total sobre resultados, a dependência de métricas rasas, a separação entre dados e criatividade e a dificuldade de lidar com reputação em tempo real. “A lógica do ROI, embora poderosa, virou uma armadilha pois perseguimos cliques como se fossem resultados, ignorando impacto cultural e relevância orgânica.”

Para ele, o caso de Marisa Maiô mostra a possibilidade de unir dados com linguagem criativa, em vez de usá-los apenas como base para fórmulas. “Marisa nasce da união dos dois, já que Raony usa referências, comportamentos e códigos das redes sociais, mas entrega isso num formato narrativo e criativo inesperado.”

Outro ponto destacado por Macias é a adaptação entre plataformas. Segundo ele, o sucesso da personagem se deu em ambientes como Instagram e TikTok, o que aponta para a importância de compreender os códigos de cada rede. Por fim, ele observa que o público recebe bem a revelação de que Marisa não é real, desde que a proposta se mantivesse autêntica. “Marcas, por outro lado, seguem tratando reputação como algo gerenciável por planilha ou calendário editorial e se esquecem de que o público julga em tempo real.”

Os sócios da Rosh também observam que cresce a demanda por campanhas que sigam o mesmo estilo de Marisa — direto, divertido e assertivo. Para eles, o que conecta o público à personagem é a junção entre “inteligência artificial e inteligência criativa.” E completam: “O consumidor gosta de Marisa Maiô porque ela fala como a internet fala, sem parecer artificial.”

De forma geral, os profissionais citados apontam que a IA não substitui o conteúdo, mas o amplifica. “A IA não cria verdade. Ela amplifica,” afirmam Mota e Malavota. Já para Macias, “o futuro do marketing será dos profissionais que sabem o que fazer com as ferramentas de IA e entendem como usá-las a seu favor.”

A história de Marisa Maiô, segundo as visões desses especialistas, representa um novo momento para o marketing digital — um momento em que tecnologia e criatividade caminham juntas, e em que o papel humano na construção de sentido segue insubstituível.

Federação de Tênis de Mesa do Estado do Rio de Janeiro (FTMERJ)
CNPJ nº 34119081000165

CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Federação de Tênis de Mesa do Estado do Rio de Janeiro (FTMERJ) vem, pela presente, convocar seus Filiados que estiverem com as mensalidades em dia, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária (eleição do Presidente, Vice-presidente e membros do conselho fiscal), a realizar-se na Avenida dos Italianos nº 282, Rocha Miranda, Rio de Janeiro, RJ, no dia 30 de junho de 2025, às 18:30 horas, em primeira convocação, com a presença da maioria dos filiados, ou às 19:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, a fim de deliberarem e aprovarem sobre os seguintes assuntos do dia: 1 - Eleição do Presidente, Vice-presidente e conselho fiscal para o período de 30 de junho de 2025 a 27 de abril de 2027; 2 - Prestação de contas de 01 de janeiro a 06 de junho de 2025; 3 - Dar Posse à Diretoria e ao Conselho Fiscal eleitos. **Observação:** a) A apresentação das chapas para concorrerem a Eleição deverão obedecer ao que dispõe o estatuto da FTMERJ E AS LEIS VIGENTES no que diz respeito ao assunto pertinente a eleições; b) Prazo final para inscrição de chapas concorrentes até o dia 27 de junho de 2025, que deverão ser entregues no endereço físico, mesmo local da AGE, ou por endereço eletrônico no e-mail fedtrj@cbtm.org.br; c) Os clubes e pessoas (atletas e dirigentes) para concorrer a eleição e participar da assembleia deverão estar quitos com o departamento financeiro, técnico e administrativo da FTMERJ/CBTM. A eleição será realizada em modo presencial no endereço acima informado. Rio de Janeiro, 18 de junho de 2025.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA – RIO

("Companhia" ou "Concer")

C.N.P.J./M.F. nº 00.880.446/0001-58 - NIRE nº 33.3.0016217-8

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: 1.Data, Hora e Local: Realizada no dia 09 de abril de 2025, às 14h00min, por videoconferência, sendo considerada realizada na sede social da Companhia, localizada na Rua Almirante Grenfall, 405, Bloco Vermelho, 2º e 3º andares, Vila São Luiz, Duque de Caxias, RJ, para efeitos da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14/04/2020 ("IN-DREI 79").

2.Convocação: Realizada a convocação nos moldes do previstos das leis das S.A., presentes os senhores Carlo Alberto Bottarelli, José Tomás Vieira dos Santos e João Villar Garcia. 3.Mesa: Presidiu a reunião o Sr. Carlo Alberto Bottarelli, que nomeou a mim, Daniela Medeiros Netto de Carvalho Rego, para secretariar os trabalhos.

4.Ordem do Dia: 1-Deliberação quanto as Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2 - Deliberação quanto a Proposta da Administração para destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 3 - Deliberação quanto Proposta de Remuneração da Administração para o Exercício de 2025; 5.Deliberações: **Item 1 - Deliberação quanto as Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;** Em atenção ao Item 1 da Ordem do dia, os membros do Conselho de Administração apreciaram as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, e, após prestados esclarecimentos, deliberaram, por maioria o encaminhamento do tema para a Assembleia Geral Ordinária, sugerindo sua aprovação. Foi apresentado voto contrário em apartado do Conselheiro José Tomás Vieira dos Santos. **Item 2 - Deliberação quanto a Proposta da Administração para destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;** Em relação ao item 2 da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração recomendaram por maioria, com voto contrário do conselheiro José Tomás Vieira dos Santos a aprovação pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária para que o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 95.125.239,12 (noventa e cinco milhões, cento e vinte e cinco mil, duzentos e trinta e nove reais e doze centavos) seja destinado para a conta de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76. Em razão do prejuízo apurado no exercício e da ausência de reserva de lucros a distribuir, não haverá distribuição de dividendos no exercício. **Item 3 - Deliberação quanto Proposta de Remuneração da Administração para o Exercício de 2025;** Em atenção ao Item 3 da Ordem do dia, os membros do Conselho de Administração recomendaram por maioria, com voto contrário do conselheiro José Tomás Vieira dos Santos, a aprovação pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral da proposta apresentada, retirando o valor de contingência de 5% (cinco por cento). 6.Lavratura e Registro: a presente ata foi lavrada na forma de sumário, conforme autoriza o artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. 7.Encerramento: não havendo nada mais a ser discutido e inexistindo qualquer outra manifestação, o Presidente deu a reunião por encerrada, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: Sr. Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; Daniela Medeiros Netto de Carvalho Rego – Secretária; José Tomás Vieira dos Santos – Conselheiro; João Villar Garcia – Conselheiro. Confere com o original. Duque de Caxias, 09 de abril de 2025. Daniela Medeiros Netto de Carvalho Rego - Secretária - OAB/RJ/ 118.084. Jucerja nº 7047010 em 25/06/2025.

COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIÁRIA JUIZ DE FORA - RIO

(a "Companhia" ou "CONCER")

CNPJ nº 00.880.446/0001-58 - NIRE nº: 33.3.0016217-8

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025: 1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada às 14h00min no dia 29 de abril de 2025, na sede social da Companhia, localizada na Rua Almirante Grenfall, 405 - Bloco Vermelho - 2º e 3º andares, Vila São Luiz, Duque de Caxias/RJ. 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Realizada a convocação dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), com a publicação do Edital de Convocação no jornal Diário do Acionista, nas edições dos dias 17/18/23, nas folhas 05/03/07 respectivamente. Ausente a acionistas CONSTRUCAP CCPS Engenharia e Comércio S.A. acionista detentora de 18,16% das ações, que regularmente convocada, não compareceu. Presente: TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A., acionista detentora de 81,84% das ações, neste ato representada pelo Sr. Andre Galhardo de Camargo. Dispensada a presença do Auditor Independente de acordo com o parágrafo segundo do artigo 134 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. Presente o membro da Administração, o Diretor Administrativo Financeiro, Sr. Hermes Benith de Oliveira. 3. COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidiu a Reunião o Sr. Andre Galhardo de Camargo ("Presidente"), que convidou a Sra. Daniela Medeiros Netto de Carvalho Rego, para secretariá-lo ("Secretária"). 4. ORDEM DO DIA: (I) Deliberação quanto as Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (II) Deliberação quanto a Proposta da Administração para destinação do Resultado exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (III) Deliberação quanto a Proposta de Remuneração da Administração para o exercício de 2025; 5. DELIBERAÇÕES: Instalada a Assembleia Geral Ordinária, o Presidente da mesa determinou a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o Artigo 130, §1º e §2º da Lei das S.A. e, após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: 5.1. Em atenção ao item (I) da Ordem do Dia, o acionista presente, aprovou as contas dos administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores externos independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. 5.2. Em atenção ao item (II) da Ordem do Dia, o acionista, aprovou que o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 95.125.239,12 (noventa e cinco milhões, cento e vinte cinco mil e duzentos e trinta e nove reais e doze centavos), seja destinado para a conta de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76. Em razão do prejuízo apurado no exercício e da ausência de reserva de lucros a distribuir, não haverá distribuição de dividendos no exercício. 5.3. Em atenção ao item (III) da Ordem do Dia, o acionista presente, aprovou a Proposta de Remuneração Global dos Administradores para o Exercício de 2025, no montante de até R\$ 6.014.462,93 (seis milhões, quatorze mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e nove e três centavos). 6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos para a lavratura e leitura desta ata que, achada conforme, foi aprovada por unanimidade, sendo assinada por certificado digital pela Secretária da mesa. (Mesa: Andre Galhardo de Camargo – Presidente; Daniela Medeiros Netto de Carvalho Rego, Secretária. Acionista Presente: TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A., acionista detentora de 81,84% das ações, neste ato representada por Andre Galhardo de Camargo). Confere com o original Duque de Caxias, 29 de abril de 2025. Daniela Medeiros Netto de Carvalho Rego - Secretária - OAB/RJ 118.084. Jucerja nº 7044699 em 24/06/2025.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA SAÚDE
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.059/2025

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.059/2025 no dia 10/07/2025 às 14h00min. - Objeto: Aquisição de Materiais para Esterilização (CAIXA COLETORA DE CASSETE COM CAPACIDADE PARA 30 CASSETES USADOS, COMPATÍVEL COM O SISTEMA STERRAD 100S, CANETA MARCADORA PARA PAPEL CREPADO PRETA OU AZUL PERMANENTE, TINTA ATÓXICA, RESISTENTE AO CALOR (ACIMA DE 134°C), SECAGEM RÁPIDA, PONTA FINA e etc.). Processo nº. 33409.001670/2024-95. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA SAÚDE
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.060/2025

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.060/2025 no dia 10/07/2025 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de Materiais para Esterilização (BOBINA DE PAPEL TERMOSSENSÍVEL TAMANHO 57MM POR COMPRIMENTO DE 30M. COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO V-PRO 60 S. CARTUCHOS DE IMPRESSÃO, PRETO E VERMELHO COMPATÍVEL COM O SISTEMA STERRAD 100S e etc.). Processo nº. 33409.001671/2024-30. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

BLUE MARINE TELECOM - ZMAX GROUP									
CNPJ nº 29.764.518/0001-83									
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em Reais)									
BALANÇO PATRIMONIAL					DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
ATIVO	2024	2023	PASSIVO	2024	2023		2024	2023	
Circulante			Circulante			Receita líquida	404.920.615	289.124.773	
Caixa e equivalentes de caixa	113.110,84	5.787.262,23	Fornecedores	104.877.731,81	161.637.243,69	Receita Bruta	467.819.937	335.991.760	
Contas a receber	52.813.362,02	28.412.024,63	Obrigações trabalhistas e previd.	1.010.539,41	592.745,48	(-) Impostos	(62.899.322)	(45.494.906)	
Impostos e contrib. a recuperar	99.300.948,49	31.421.901,83	Obrigações tributárias	37.591.755,03	12.798.690,93	(-) Cancelamentos	–	(1.372.082)	
Adiantamento a fornecedores	91.375.478,54	180.954.601,16	Adiantamento de clientes	1.401.783,02	1.294.599,00	Custos dos Serviços Prestados	(403.117.892)	(267.974.290)	
Estoque	91.856.356,21	93.883.615,19	Outras contas a pagar	138.147.051,07	123.452.070,17	Lucro bruto	1.802.724	21.150.483	
Despesas antecipadas	115.227,26	849.205,91	Receita a apropriar	63.506.355,39	40.274.711,28	Despesas e receitas operacionais			
Outros valores a receber	146.576.656,44	52.017.531,85	Dividendos a pagar	–	2.275.263	Despesas com Pessoal	(1.907.497)	(2.096.582)	
Ativo para venda	59.982,39	59.982,39	Outras provisões	2.791.824,20	–	Despesas com Serviços de Terceiros	(227.939)	(631.679)	
Operações em Conjunto – NBC 19	149.630.063,98	–	Operações em Conjunto – NBC 19	106.833.223,31	–	Despesas gerais e administrativas	(854.700)	(1.766.994)	
			Total do passivo circulante	456.160.263,24	342.325.323,91	Despesas Tributárias	(7.970.769)	(2.181.361)	
			Não circulante			Depreciação e Amortização	(229.176)	(344.740)	
Total do ativo circulante	631.841.186,17	393.386.125,19	Partes relacionadas	115.454.019,71	52.860.416,42	Outras Receitas/(Despesas)Operacionais	4.617.692	(6.634.932)	
Não circulante			Obrigações tributárias LP	56.147.300,69	1.906.181,84	Lucro antes do resultado financeiro	(4.769.665)	7.494.193	
Adiantamentos LP	29.632.977,47	–	Bens Admissão Temp.orária/Comodat	128.830.651,13	136.315.286,31	Despesas financeiras	(19.014.764)	(9.714.386)	
Partes relacionadas	1.631.706,03	2.152.714,18	Operações em Conjunto – NBC 19	67.602.375,89	–	Receitas financeiras	1.916.848	1.457.484	
Imobilizado	23.446.127,87	12.987.312,25	Total do passivo não circulante	368.034.347,42	191.081.884,57	Variação cambial líquida	(10.679)	263.220	
Bens Admissão Temp./Comodato	128.830.651,13	136.315.286,31	Patrimônio líquido			Lucro antes do IRPJ/CSLL	(21.878.259)	(499.489)	
Intangível	30.680,09	45.840,05	Capital social	37.475.295,00	11.026.352,00	Imposto de Renda e Contribuição Social	–	(2.783.517)	
Operações em Conjunto – NBC 19	25.307.489,41	–	Reserva legal	–	498.961,32	Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	(21.878.259,49)	(3.283.005,49)	
Total do ativo não circulante	208.879.632,00	151.501.152,79	Reserva de lucro	–	3.237.761,67				
			Prejuízos acumulados	(20.949.087,49)	(3.283.005,49)				
			Total do patrimônio líquido	16.526.207,51	11.480.069,50				
Total do Ativo	840.720.818,17	544.887.277,98	Total do Passivo	840.720.818,17	544.887.277,98				
Rodrigo do Carmo Magarotto – Diretor Executivo					Alessandra Magalhães da Silva – Contadora – CRC RJ nº 114724/O-7				

Luxo

Deputado destina emenda para recapear condomínio onde mora

MARIA MAGNABOSCO/AE

A Prefeitura de Barueri, na Grande São Paulo, usou recursos de emendas parlamentares do deputado federal Fábio Teruel (MDB-SP) para recapear o condomínio de luxo no bairro Tamboré, onde ele vive. Na vizinhança do deputado moram celebridades como a cantora Simone Mendes, a influencer Deolane Bezerra e o ator Fiuk.

Ao final de 2024, o parlamentar destinou cerca de R\$ 11 milhões em transferências especiais, as "emendas PIX" para a cidade. Desse total, R\$ 2,2 milhões foram usados para o recapeamento de ruas do condomínio fechado Residencial Tamboré 1, dentro do bairro Tamboré Empresarial, segundo apuração do portal Metrôpoles confirmada pelo Estadão.

Fábio Teruel, além de deputado federal por São Paulo, é radialista e faz pregações religiosas. Em seu perfil no Instagram com mais de 5 milhões de seguidores, o parlamentar já compartilhou vídeos de sua rotina vivendo no condomínio com celebridades e artistas.

Destinar verbas públicas para obras em loteamentos de acesso controlado, como o Residencial Tamboré 1 não é ilegal, visto que os empreendedores podem "doar" um terreno para o município, que se responsabiliza pela infraestrutura do local. No entanto se uma emenda parlamentar for utilizada para benefício próprio do deputado, o caso pode se configurar como improbidade administrativa.

O recapeamento foi executado em lotes, sendo que, em um deles está localizada a casa do deputado. Na justificativa do plano de trabalho da obra, a Prefeitura de Barueri destacou que "a divisão em lotes foi feita com o intuito de atender simultaneamente todas as regiões da cidade".

A prefeitura também justificou que "a manutenção da via no momento oportuno, proporciona maior economicidade à municipalidade, pois, caso não ocorra tal intervenção, o dete-

rioramento da via se torna ainda maior, atingindo camadas mais profundas do pavimento, causando um maior custo para recuperá-lo".

A reportagem procurou o deputado Fabio Teruel e a Prefeitura de Barueri para comentar sobre o caso, mas ainda não obteve resposta. O espaço segue aberto.

EMENDAS

As chamadas emendas parlamentares impositivas, como as "emendas Pix", são aquelas em que deputados e senadores indicam diretamente para onde vai uma parte do orçamento, sem passar pelo governo federal. O mecanismo revelado pelo Estadão ganhou o apelido pelo dinheiro cair direto na conta das prefeituras e não ser passível de fiscalização por órgãos de controle.

Quando a regra foi aprovada, o Congresso não definiu a quem cabe fiscalizar o uso desses recursos. Além delas, as emendas com finalidade definida e as emendas de bancada também devem estar incluídas. Todas as emendas exigem que o Executivo federal execute os repasses conforme previsão orçamentária aprovada pelo Congresso, o que tem provocado intenso debate sobre seus impactos na governança pública.

O tema resulta em embates entre o Poder Executivo e o Legislativo desde o início do governo Lula. Desde o aumento do montante destinado pelos congressistas, durante o governo de Jair Bolsonaro, o presidente da República perdeu parte do poder que usava como manobra para garantir sua governabilidade.

Deputados e senadores passaram a cobrar a liberação dos recursos de forma cada vez mais enfática. Caso isso não ocorra, medidas do governo passam a ficar ameaçadas e o clima político no Congresso se deteriora ao nível em que qualquer mínimo projeto de interesse do Palácio do Planalto corre risco de ser barrado ou desfigurado.

CASA PAULISTA

Governo de SP entrega chaves de 120 moradias

Mais 120 famílias conquistaram o sonho do imóvel próprio pelo programa Casa Paulista ontem. O Governo de São Paulo entregou as chaves de apartamentos do Conjunto Habitacional Alvarenga Peixoto financiados pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), na modalidade Carta de Crédito Associativa (CCA). O investimento total no empreendimento é de R\$ 21,6 milhões.

“Não tem nada que me deixe mais satisfeito do que entregar obras de Habitação. Entregar moradias é de fato entregar sonhos. A política habitacional de fato faz diferença e a política habitacional do Estado de São Paulo tem entrega real, com planejamento, obra, endereço e rosto. É a política de quem está recebendo apartamento e realizando um sonho hoje, com uma vida de segurança e dignidade”, afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

A cerimônia de entrega das chaves reuniu também o secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Marcelo Branco; o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado André do Prado; e o prefeito de São Bernardo, Marcelo Lima; entre outras autoridades. Durante a passagem pelo município, o governador também conheceu o projeto de revitalização da Prainha do Riacho Grande.

O residencial foi construído em um terreno cedido pela Prefeitura e é composto por quatro torres de sete e oito pavimentos. Cada apartamento tem dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro e lavanderia, totalizando 47 m² de área privativa. A estrutura do condomínio inclui playground, mini quadra esportiva, salão de jogos, salão de festas, churrasqueira, bicicletário e área de convivência.

As unidades foram adquiridas diretamente da construtora pela CDHU, com recursos do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social (FPHIS). Os apartamentos são financiados com juro zero e subsídios a famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos, sendo que 86% dos beneficiários ganham até três salários mínimos. A menor prestação é de R\$ 303,60. Os contemplados foram indicados pela Prefeitura e incluem moradores removidos de áreas de risco e atendidos temporariamente pelo município por meio de auxílios.

Além deste empreendimento, a modalidade CCA entregou, em dezembro de 2024, outros 420 apartamentos do Residencial Cooperativa II, também em São Bernardo do Campo. Atualmente, há 1.511 unidades contratadas, distribuídas em sete empreendimentos. No total, o Casa Paulista já contratou 2.051 unidades na cidade, com investimento de R\$ 369,1 milhões.

MORADORES

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, visitou ontem os moradores da Favela do Moinho, última comunidade da região central de São Paulo, onde conheceu algumas moradias e uma espécie de escola instalada. No local, Lula assinou a portaria para implementação do acordo, estabelecido em maio, com o governo de São Paulo que prevê a realocação dos moradores do Moinho para outra região.

Por esse acordo, ficou estabelecido que cada família da Favela do Moinho irá receber até R\$ 250 mil para comprar uma casa. O governo federal subsidiará R\$ 180 mil e o governo paulista, R\$ 70 mil, sem que os moradores precisem financiar. Enquanto não se mudam para o endereço definitivo, as famílias terão direito a aluguel social de R\$ 1,2 mil.

"Todos querem ter o desejo de ser felizes, morar bem, ter casa razoável para morar e viver com a cabeça erguida nesse país. Tínhamos que encontrar uma solução rápida [para o Moinho]. Essa portaria não vai fazer ainda a cessão do terreno para o governo do estado. A cessão só será feita após se provar que vocês foram tratados com decência e dignidade. Quando estiver tudo pronto, estiver certa a casa que vocês vão comprar, aí faremos a cessão definitiva para o governo do estado. Por mais bonito que seja um parque, ele não pode ser feito às custas do ser humano", disse Lula.

FIM DA FAVELA

Em abril, o governo estadual

RESIDÊNCIAS

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

As quadrilhas que atacam residências de alto padrão no bairro Morumbi, na zona sul de São Paulo, têm como foco objetos de alto valor, como relógios de luxo, joias e canetas de ouro, além de dinheiro vivo, especialmente euros e dólares. De acordo com a polícia, são quadrilhas estruturadas que têm, na ponta, receptadores aguardando a entrega dos itens. No último roubo, na terça-feira passada, os bandidos renderam seis pessoas e roubaram bens avaliados em R\$ 3 milhões de uma mansão do bairro.

A Secretaria da Segurança Pública (SSP-SP) informou que as investigações do caso prosseguem pelo 34º Distrito Policial (Morumbi), com apoio da 3ª Central Especializada de Repressão a Crimes e Ocorrências Diversas (Cerro). "Diligências estão em andamento para identificar os autores e elucidar o crime", diz, em nota.

Os criminosos miram casas de alto padrão perto de obras ou

iniciou um processo de remoção dos moradores da Favela do Moinho para criação de um parque e da estação Bom Retiro.

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) alegou que a remoção era necessária, porque a região da Favela do Moinho está sendo "requalificada" e, no local, será implantado o Parque do Moinho. Para isso, será necessária a remoção das cerca de 800 famílias que vivem na comunidade, "que serão acolhidas em lares dignos".

A retirada das famílias foi marcada pelo uso da força policial e denúncias de violência. Com o acordo, o governo federal espera que não seja usada violência para a saída dos moradores.

Aos moradores presentes no evento no Moinho, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, acrescentou que as famílias só poderão ser retiradas da comunidade por "livre e espontânea vontade", com garantia de seus direitos.

"Esse terreno é da União e os moradores não podem ser retirados a força. Se quiserem tirar as pessoas daqui, será garantido o direito dessas pessoas", reforçou.

Uma das pessoas que decidiu sair da comunidade com medo da repressão e das ameaças de perder tudo foi Aline Santos de Souza, 22 anos. Ela vivia no Moinho desde 2010.

Presente ao ato de hoje, Aline contou à Agência Brasil que vive, atualmente, pagando aluguel na região do Bom Retiro, também no centro da capital paulista. No entanto, o aluguel social pago pelo governo estadual não é suficiente.

"Eu estou tendo que tirar um pouco do meu bolso, porque o aluguel aqui [Bom Retiro] é muito caro. Eu consegui alugar por R\$ 1.700, mas o auxílio que eles [do governo estadual] estão dando é de R\$ 1.200. E eu estou tendo que botar R\$ 500 aí do meu bolso", conta a jovem, que é mãe de duas filhas. Segundo ela, somente o esposo trabalha e a família recebe benefício do Bolsa Família.

"Eu tinha uma vida aqui [Moinho]. O meu esposo trabalhava aqui com obras e eu sempre trabalhei. Eu vendia marmitta durante o dia e, à noite, eu atendia as minhas clientes, porque eu faço unha. Mas agora eu estou sem nada, sem nada para fazer. Mudou toda a minha vida", relata.

Aline espera ser contemplada com o acordo. Porém, acredita que o valor ofertado não será suficiente para recuperar o trabalho que tinha no Moinho, onde fazia marmittas na própria casa.

Em visita à comunidade, na quarta-feira passada, o ministro Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral da Presidência da República, disse que irá negociar com os governos municipal e estadual sobre realocação e indenização aos comerciantes.

Já a moradora Deusirene da Silva Brasil, de 36 anos, que vive no Moinho desde 2003 com três filhos e uma neta, disse que ainda não sabe onde irá morar, mas está com boas expectativas.

"Não tenho [outro lugar ainda]. Ainda não. Eu estou esperando ainda. Eu espero uma moradia decente. Quero um conforto para as minhas filhas. Estou tentando ver se eu arrumo uma casa", disse à reportagem.

NOVAS CASAS

O ministro das Cidades, Jader Filho, explicou que o modelo de realocação das famílias do Moinho é o mesmo utilizado pelo governo federal durante a tragédia das chuvas no Rio Grande do Sul, onde 4 mil famílias terão assinado contrato das casas até o fim deste mês.

Segundo o ministro, o primeiro passo será a publicação dos nomes das famílias contempladas no acordo.

"A partir da hora que o nome dessa família tiver sido publicado, essa família vai pegar o agente Caixa, que virá aqui no Moinho. E ela terá um crédito de R\$ 250 mil", explicou o ministro.

Caberá a cada família escolher onde quer viver. "O cheque é de vocês. Vocês é que vão escolher onde vocês vão morar. E nós não fazemos nem a limitação de morar aqui na cidade de São Paulo. Vocês podem morar em qualquer cidade", acrescentou. O morador que decidir comprar um imóvel na planta irá receber um aluguel de R\$ 1,2 mil enquanto a obra do imóvel estiver em andamento. No entanto, há uma condição: o imóvel terá que ficar pronto no prazo máximo de 24 meses.

GOVERNADOR

Apesar do acordo firmado entre os governos federal e estadual, o governador Tarcísio de Freitas não participou da cerimônia. Questionado quarta-feira pela reportagem da Agência Brasil, a comunicação do estado informou que o governador cumpriria agenda nas cidades de São Bernardo do Campo e Lagoinha para entrega de apartamentos e de obras.

resultaram na apreensão de 200 relógios de luxo, incluindo um Rolex avaliado em mais de R\$ 100 mil, além de bolsas de R\$ 17 mil e obras de arte e um automóvel Porsche.

Na ocasião, o delegado Fábio Sandrim, do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), disse que, entre os alvos estavam receptadores. "É uma cadeia criminoso estruturada. Os objetos saem rapidamente das casas invadidas para os receptadores e, em questão de horas, já estão sendo revendidos".

Diferente dos roubos de celulares e relógios retirados do pulso das vítimas, que acontecem em avenidas movimentadas e saídas de shoppings, nos roubos a residências os ladrões escolhem ruas internas dos bairros, onde há pouco movimento e predominam casas de alto padrão. Para entrar na residência, eles inutilizam alarmes e cercas elétricas e usam escadas, mas também podem clonar o controle dos portões eletrônicos.

Dois casos recentes aconteceram na rua General José Scarcela Portela. No dia 22 de abril, cinco homens encapuzados, armados de pistolas e fuzis, renderam funcionários e invadiram a casa de um empresário, levando 13 relógios de luxo, joias e 5 mil dólares (cerca de R\$ 30 mil) em cédulas.

Na mesma rua, em fevereiro de 2024, os bandidos levaram a pior. Durante a tentativa de assalto, um vigilante particular reagiu e matou um dos suspeitos. O outro, ferido, tentou fugir, bateu o carro e morreu carbonizado. Um terceiro foi baleado e levado para um hospital.

Outra operação da polícia, em abril, cumpriu 26 mandados de busca e apreensão na comunidade de Paraisópolis, que fica na região. Os alvos eram pontos de revenda de produtos roubados. Foram apreendidos dinheiro, motocicletas e carros importados. Um dos itens localizados foi um relógio Rolex avaliado em R\$ 40 mil que estava sendo anunciado em uma rede social no momento da apreensão.

SANTANA DE PARNAÍBA

Polícia inaugura nova delegacia e DDM na Grande SP

O Governo de São Paulo inaugurou ontem duas novas unidades policiais em Santana de Parnaíba, na Grande São Paulo. A cidade passa a contar com a nova sede da Delegacia de Polícia Civil e com uma Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), instaladas em prédios vizinhos no bairro Jardim Anhembi.

As instalações foram construídas por meio de parceria entre a Secretaria da Segurança Pública e a prefeitura municipal. O investimento total foi de R\$ 5,4 milhões. As novas unidades substituem a antiga delegacia localizada no bairro Jardim Frediani.

O secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite, comentou sobre defesa da mulher.

"Estamos avançando muito nesse tema, ampliando as delegacias 24 horas e o funcionamento das salas DDM Online", disse o secretário.

A nova Delegacia de Polícia Civil funcionará 24 horas e atenderá uma população estimada em 164 mil habitantes. O prédio é térreo, com estrutura que inclui salas de plantão, investiga-

ção, cartório, atendimento da DDM, carceragem, refeitórios, banheiros e vestiários.

"Vamos dar mais dignidade aos policiais e humanização nos atendimentos, em uma delegacia que realiza cerca de 600 atendimentos por mês", disse o delegado-geral da Polícia Civil, Artur Dian, durante o evento de inauguração.

STF

Redes sociais vão responder por publicações criminosas

RAYSSA MOTTA/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu ontem, o julgamento que amplia as obrigações das big techs pelo conteúdo publicado por usuários na internet. Após 12 sessões, os ministros definiram os critérios para punir as plataformas por falhas na moderação de conteúdo. Ficou definido que, como regra geral, as empresas respondem por crimes ou atos ilícitos e por contas falsas. Nos casos de

crimes contra a honra (injúria, calúnia e difamação), permanece a sistemática atual, de obrigação de remoção apenas por ordem judicial. Esses critérios foram consolidados em uma "tese de repercussão geral". A tese funciona como uma orientação para ser aplicada nacionalmente pelo Poder Judiciário no julgamento de processos sobre o mesmo tema. Por 8 votos a 3, os ministros decidiram que o artigo 19 do Marco Civil da Internet, que isenta as plataformas de respon-

sabilidade por publicações de terceiros, exceto no caso de descumprimento de decisões judiciais para remover conteúdos, é parcialmente inconstitucional, porque não prevê exceções para a punição das empresas de tecnologia. "Há um estado de omissão parcial que decorre do fato de que a regra geral não confere proteção suficiente a bens jurídicos constitucionais de alta relevância, proteção de direitos fundamentais e da democracia", diz a tese. Ficaram vencidos os minis-

tros André Mendonça, Edson Fachin e Kassio Nunes Marques. Eles defenderam que o tema deveria ser regulamentado pelo Congresso e não pelo Judiciário. Os ministros se reuniram ontem em um almoço no gabinete do ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, para chegar a um acordo, o que só ocorreu após quatro horas de debates a portas fechadas. O STF entra de recesso na próxima semana e os ministros se esforçaram para concluir a questão antes das férias coletivas.

MARIANA

Tribunal britânico vai julgar BHP por desacato em caso do desastre

JULIANA GARÇON/AE

A mineradora BHP vai responder por desacato ao tribunal no Reino Unido devido ao financiamento de uma ação para tentar impedir que alguns municípios brasileiros a processem pelo desastre de Mariana. A decisão foi tomada ontem, pelo Tribunal Superior de Londres. A Corte decidiu dar prosseguimento a uma ação por desacato criminal contra a BHP mo-

vida por municípios atingidos pelo colapso da barragem de Fundão, em 2015. "A empresa australiana passará agora a enfrentar um processo criminal em Londres, com possibilidade de aplicação de multa ilimitada", disse em nota o Pogust Goodhead, escritório de advocacia que move uma ação na Justiça inglesa contra a BHP em nome de 620 mil atingidos entre pessoas, firmas e cidades. Na ação que recebeu aval pa-

ra prosseguir, os municípios acusam a mineradora de desacato ao violar o direito a um julgamento justo e ao obstruir o processo legal nos tribunais ingleses, financiando o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) para protocolar uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 1178) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). A ADPF questiona no STF possibilidade de municípios entrarem com ações no exterior.

Procurada, a BHP informou que "tomou conhecimento da decisão da Corte Inglesa, publicada hoje, que determinou o prosseguimento de procedimento iniciado pelos municípios autores na ação no Reino Unido contra a empresa. A decisão de hoje não trata do mérito das alegações, que serão objeto de audiência futura. A BHP continuará com sua defesa em relação a esse procedimento".

GABRIELA

Cid nega uso da conta e acusa defesa de Bolsonaro de tentar obter dados de delação

RAYSSA MOTTA/AE

O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência no governo Jair Bolsonaro, negou em depoimento à Polícia Federal ter conversado com o advogado Eduardo Kuntz por meio de um perfil no Instagram em nome de "Gabriela" (@gabrielar702). Também acusou a defesa de Bolsonaro de tentar obter informações de sua acordo de delação e obstruir a investigação da trama golpista. Questionado sobre os diálogos, entregues pelo advogado ao STF, Cid disse que não foi ele quem enviou as mensagens e que alguém teria gravado as conversas, "sem sua ciência e autorização", e repassado os áudios a Kuntz. O tenente-coronel alega que não criou o perfil e nem sabe de quem é a conta no Instagram. O depoimento foi prestado na última terça-feira, 24, mas o termo de declarações só foi disponibilizado nesta quinta. Nos diálogos atribuídos ao

tenente-coronel, ele faz críticas - em áudio e por escrito - ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ao delegado Fábio Shor, que conduz investigações sensíveis contra Bolsonaro, incluindo o inquérito do golpe, e insinua que as informações prestadas em seu acordo de colaboração premiada estavam sendo distorcidas (ouça todas os diálogos). Com base nas conversas, o advogado pediu a anulação do acordo de colaboração premiada do ex-ajudante de ordens. Kuntz defende o coronel Marcelo Câmara no inquérito do golpe. O criminalista alega que as mensagens comprovam que não houve voluntariedade na delação. Em seu depoimento, Mauro Cid alegou que sua família foi procurada não apenas por Eduardo Kuntz, mas também por Paulo Amador da Cunha Bueno, advogado de Bolsonaro, e por Fábio Wajngarten, que assessorou o ex-presidente, em eventos na Hípica de São Paulo e nas redes sociais.

"Indagado se alguém tentou aliciar/persuadir/convencer o declarante e/ou seus familiares para trocar sua defesa técnica, respondeu que sim, conforme as respostas já apresentadas; que Fábio Wajngarten, Paulo Bueno e Luiz Eduardo de Almeida Santos Kuntz tentaram convencer familiares do declarante para que trocasse de defesa técnica", diz o termo de depoimento. Procurado, Cunha Bueno não se manifestou. Kuntz nega ter tentado interferir na delação. Wajngarten, que também é advogado, afirma que "a criminalização da advocacia é a cortina de fumaça para tentar ocultar a expressa falta de voluntariedade do réu delator Mauro Cid e a consequente nulidade da colaboração". Moraes determinou que Cunha Bueno e Wajngarten prestem depoimento à Polícia Federal. Segundo o tenente-coronel, Kuntz e Wajngarten "estavam tentado se aproximar" dele por meio de sua filha menor, que participa de competições de hi-

pismo. As tentativas de contato com a jovem no WhatsApp e no Instagram teriam sido "constantes", entre agosto de 2023 e o início de 2024, de acordo com Mauro Cid. "Acredita que Luiz Eduardo de Almeida Santos Kuntz estabeleceu esse contato para obter informações sobre o acordo de colaboração firmado pelo declarante e com isso, obstruir as investigações em andamento, aproveitando-se da inocência de sua filha menor de idade", alegou Mauro Cid. A mãe do tenente-coronel também teria sido abordada pessoalmente pelo advogado, segundo Mauro Cid. O ex-ajudante de ordens afirmou à PF que sua esposa também foi procurada por Wajngarten e que o ex-assessor tentou convencê-la a trocar os advogados do tenente-coronel. Segundo Mauro Cid, foram várias ligações para obter informações do acordo de colaboração, "como forma de interferir nas investigações em andamento".

DITADURA

AGU estuda se cobrará de agentes indenização paga à família de Herzog

MARCELO GODOY/AE

O ministro-chefe da Advocacia Geral da União (AGU), Jorge Messias, disse ontem, que o órgão vai estudar cobrar dos agentes da ditadura militar os valores pagos em forma de indenização pelos pelo Estado brasileiro às famílias de mortos e desaparecidos. "A AGU atua tecnicamente. Isso (a cobrança) precisa ser estudado na perspectiva jurídica", afirmou.

O ministro foi à sede do Instituto Vladimir Herzog, em São Paulo, para um ato no qual assinou o acordo judicial fechado pela AGU com a família Herzog, para, 50 anos depois do crime, indenizar a família do jornalista. Ele prevê o pagamento de R\$ 3 milhões à família.

O compromisso do Estado com a família foi divulgado no dia 18 de junho e foi assinado na quarta-feira passada, na véspera do dia em que o jornalista faria 88 anos. A viúva do jornalista, Clarice Herzog, também recebe pagamentos mensais no valor R\$ 34.577,89, em uma reparação econômica concedida pela 2ª Vara Federal Cível do Distrito Federal.

No caso de se buscar responsabilizar os agentes pelo dano causado ao Erário, eles poderiam ser obrigados a indenizar o Estado por meio de uma ação regressiva, pois responderiam solidariamente pelo dano causado às famílias de vítimas de violência estatal, como a do jornalista Vladimir Herzog.

Messias estava ao lado de Ivo Herzog, filho do jornalista assassinado em 1975 sob tortura na sede do Destacamento de Operações de Informações (DOI), do 2.º Exército, em São Paulo. Os dois defenderam ainda que o Supremo Tribunal Federal (STF) apresse o julgamento sobre a Lei de Anistia a fim de que os agentes do regime possam ser processados também criminalmente por todos os delitos cometidos e não somente pela ocultação de cadáver.

A Corte já formou em fevereiro maioria no julgamento que verifica se podem ser punidos os agentes responsáveis pela ocultação de cadáver dos desaparecidos políticos. O argumento é de que se trataria de crime permanente, que continuaria sendo cometido no presente e, portanto, após a promulgação da Lei de Anistia, de 1979.

Desde 1978, por meio de uma ação declaratória a fim que a Justiça federal reconhecesse a responsabilidade do Estado pela morte de Herzog, "Eu conversei com a Clarice e disse a ele que entrasse com a ação por danos morais, mas ela foi enérgica dizendo que não queria indenização, pois 'se não vão dizer que é coisa de judeu'. Então fizemos a ação declaratória, que levou ao reconhecimento da responsabilidade do Estado para que a qualquer momento pudesse ser pedida a reparação", afirmou o ex-ministro da Justiça José Carlos Dias, e integrante

da Comissão Arns. Ivo Herzog afirmou que a família só se resolveu agora a pedir a indenização em razão da enfermidade que acometeu sua mãe, a fim de poder ter fundos com os quais será possível o tratamento médico. "Tenho certeza que a doença é consequência de tudo o que ela viveu", afirmou.

De acordo com ele, o processo de busca por Justiça para a família começou logo depois da morte de seu pai, quando sua mãe se recusou a aceitar a versão fraudulenta de suicídio com a qual os militares do 2.º Exército procuraram se eximir da responsabilidade pela morte de Herzog nas dependências do destacamento. Na época, um IPM concluiu que o preso se suicidara Era mentira.

Há 15 anos, o Estadão entrevistou três veteranos do DOI-Codi - um oficial do Exército, um investigador e um tenente da PM - que confirmaram a morte sob tortura do jornalista, descrita como "um acidente de trabalho". Dois trabalhavam na Seção de Interrogatório e Análise e um na Seção de Investigação. Além deles, o então secretário da Segurança Pública da época, o coronel do Exército Erasmo Dias, confirmou em entrevista gravada que fraudou perícias a fim de encenar suicídios de presos no DOI do 2.º Exército. Herzog havia sido intimado a depor no DOI no âmbito da ofensiva do regime militar contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Após a conseguir que a Justiça Federal declarasse o estado brasileiro culpado pela morte de Herzog, a família buscou a condenação do Brasil na Corte Interamericano de Direitos Humanos, o que aconteceu em 2018. A decisão determinou que o Estado brasileiro adotasse medidas para que se reconhecesse, "sem exceção, a imprescritibilidade das ações emergentes de crime contra a humanidade".

Ou seja, a morte de Herzog não poderia ser alvo de anistia, nem o direito podia ser considerado prescrito. "Queríamos que o Estado brasileiro peça desculpas pelo que aconteceu. É difícil expressar a gratidão pelo acordo. A AGU propôs um acordo em vez de levar adiante uma ação que só prolongaria o sofrimento da minha mãe", disse Ivo Herzog. Messias respondeu que a assinatura do acordo com a família Herzog erra o dia mais importante de toda a sua gestão à frente da AGU.

A família agora programa um novo ato ecumênico na Catedral da Sé, a exemplo do realizado pelo em 1975 pelo então cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, em memória de Herzog. O ato deve ocorrer no próximo dia 25 de outubro e deve contar com a presença do atual cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Odilo Scherer. "Faço um apelo ao ministro (Messias) que leve ao presidente Lula o convite para que venha à catedral", disse José Carlos Dias.

Nota

AUMENTO DE DEPUTADOS NA CÂMARA REDUZIRIA EMENDAS EM R\$ 1,26 MILHÃO JÁ EM 2025

Se a ampliação de 18 parlamentares na Câmara dos Deputados já estivesse valendo em 2025, congressistas teriam R\$ 1,26 milhão a menos em emendas para poder enviar aos municípios. O aumento do número de vagas da casa legislativa passará de 513 para 531 integrantes apenas em 2027. A atual regra estipula que 2% da receita corrente líquida do Orçamento da União devem ser destinados às emendas parlamentares de deputados e senadores. Por se tratar de um porcentual fixo, isso significa que o repasse precisa ser distribuído entre os membros da Casa Baixa. Neste ano, deputados têm direito a cerca de R\$ 37 milhões em emendas para destinar a cidades de suas preferências. Se a regra valesse em 2025, esse valor seria de aproximadamente R\$ 36 milhões. Na quarta-feira passada, o Congresso Nacional aprovou o aumento de 18 deputados na Câmara.

Caso Juliana: Lula diz que vai mudar regra sobre custeio de traslado de corpos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem, em São Paulo, que irá revogar decreto que impede o governo federal de custear traslados de corpos de brasileiros do exterior para o Brasil. Lula anunciou a medida após a morte da jovem Juliana Marins, que caiu da borda da cratera de um vulcão na Indonésia. Desde 2017, uma norma não autoriza o Ministério das Relações Exteriores a pagar pelo traslado de corpos de brasileiros. Lula disse ainda que irá edi-

tar um novo decreto, mas não detalhou como serão as regras. "Quando chegar em Brasília agora, eu vou revogar esse decreto. Vou fazer um outro decreto para que o governo brasileiro assuma a responsabilidade de custear as despesas da vinda dessa jovem ao Brasil", afirmou. "Vamos cuidar de todos os brasileiros, estejam eles onde estiverem", acrescentou. Mais cedo, Lula anunciou, em rede social, ter conversado, por telefone, com o pai de Juliana Marins, Manoel Marins. O

presidente informou ter determinado ao Ministério das Relações Exteriores que prestasse "todo o apoio" à família, "o que inclui o traslado do corpo até o Brasil." Manoel Marins está na Indonésia para tratar dos trâmites de repatriação da filha. A jovem caiu no último sábado. O resgate só conseguiu alcançá-la na terça-feira passada, quando já estava morta. A família critica a demora no resgate e que houve negligência da equipe local. O serviço responsável

por buscas e resgate da Indonésia afirma que a demora no salvamento foi porque as equipes só foram avisadas depois que um integrante do grupo de Juliana conseguiu descer até um posto distante da queda após horas de caminhada. Eles argumentam que as condições climáticas adversas dificultaram o trabalho. O corpo de Juliana foi levado para Bali ontem, onde vai passar por autópsia. O procedimento deve esclarecer detalhes da morte.

